

## CORREIO ECONÔMICO

## Último Focus do ano projeta recuo pífio do IPCA em 2024

Indicador cai de 4,91% para 4,9%, mas o de 2025 sobe para 4,96%

Por Marcello Sigwalt

Coerente com a perda de valor do real, face ao desajuste fiscal (proposita?) recorrente, o último boletim Focus do ano – consulta semanal do Banco Central (BC) a mais de 100 instituições financeiras – recuou, de modo pífio, a projeção do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deste ano, de 4,91% para 4,9%, ratificando, pelo terceiro ano seguido, o ‘estouro’ da meta de inflação para 2024, fixada em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para 2025, porém, o mercado elevou, pela décima primeira vez seguida, a estimativa para 2025, que passou de 4,84% para 4,96%, subiu de 4% para 4,01% para 2026 e aumentou de 3,81% para 3,83%, para o ano seguinte.

Assim como o ínfimo recuo da expectativa inflacionária, a perda de dinamismo da economia fica patente na ‘estabilização’ da projeção do PIB para este ano, mantido em 3,49%, ao passo que para 2025, a ati-



Mesmo com recuo insignificante para 4,9%, IPCA supera teto da meta (4,5%)

vidade recuou de 2,02% para 2,01%, o mesmo ocorrendo para 2026, que ‘encolheu’ de 1,90% para 1,80%, mas parou em 2%, para 2027.

‘Dominante’ sobre os indicadores mencionados, a Selic continuou mantida em 11,75% ao ano para 2024, mesmo já no patamar de 12,25% ao ano, e a perspectiva de dois novos

aumentos de um ponto percentual, nas próximas reuniões do Copom.

Mesmo ‘modus operandi’ valeu para 2025, que permaneceu em 14,75% ao ano, seguida de leve alta, de 11,75% ao ano para 12% ao ano, para 2026, e ficar ‘estacionada’ em 10% ao ano para 2027. A previsão de superávit comercial de 2024

caiu de US\$ 74,3 bilhões para US\$ 74,15, mas ficou estável em US\$ 74,3 bilhões para 2025.

A previsão de entrada de investimento estrangeiro no país em 2024 baixou dos US\$ 70,5 bi para US\$ 70 bi, mantida em US\$ 70 bi para 2025 e subiu de US\$ 74,7 bi para US\$ 74,9 bi, para 2026, e de US\$ 76,47 bi para US\$ 76,68 bi, para 2027.

## Dívida bruta chega a 77,7% do PIB

A DBGG – que abrange Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 77,7% do PIB (R\$ 9,1 trilhões) em novembro de 2024, redução de 0,1 ponto percentual (p.p.) do PIB em relação ao mês anterior, por conta da variação do PIB nominal (-0,6 p.p.); do resgate líquido de dívida (-0,3 p.p.); da evolução dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.) e do efeito da desvalorização

cambial (+0,2 p.p.).

No ano, o aumento de 3,9 p.p. do PIB resulta sobretudo da incorporação de juros nominais (+6,9 p.p.), da emissão líquida de dívida (+0,7 p.p.), do efeito da desvalorização cambial acumulada (+0,9 p.p.), do reconhecimento de dívida (+0,2 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-4,7 p.p.).

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 61,2% do PIB (R\$ 7,2 trilhões)

em novembro, reduzindo-se 0,3 p.p. do PIB no mês, como reflexo dos impactos da desvalorização cambial de 4,8% no mês (-0,6 p.p.), da variação do PIB nominal (-0,5 p.p.), dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.), e do déficit primário (+0,1 p.p.).

No ano, a DLSP elevou-se 0,8 p.p. do PIB, em função, sobretudo, dos impactos dos juros nominais (+7,3 p.p.), do déficit primário (+0,5 p.p.),

do reconhecimento de dívidas (+0,2 p.p.), do efeito da desvalorização cambial de 25,0% acumulada no ano (-2,7 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (-3,9 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,4 p.p.), e do ajuste de privatizações (-0,3 p.p.).

No setor público consolidado, houve déficit primário de R\$ 6,6 bilhões em novembro, ante déficit de R\$ 37,3 bilhões no mesmo mês de 2023.

## Nova alta do dólar demanda leilão do BC

Por Marcello Sigwalt

Ante à nova escalada do dólar, cuja cotação bateu a casa de R\$ 6,24, na tarde dessa segunda-feira (30), que marca o último pregão de 2024, não restou ao Banco Central (BC) outra alternativa, a não ser realizar novo leilão cambial, vendendo ao mercado US\$ 1,815 bilhão à vista.

Como atestado da dificuldade enfrentada pela autoridade monetária para preservar o valor do real, após o leilão, às 14h19, a moeda ianque cedeu muito pouco terreno, ao recuar apenas 0,12% a R\$ 6,1853 para venda. Durante o certame, o BC aceitou 14 propostas, com uma taxa de corte de 6,1740, entre 13h56 e 14h01.

Desde 12 de dezembro, quando teve início o ciclo de intervenções cambiais, face à deterioração da moeda tupiniquim, a autarquia já ‘queimou’



Desconfiança do mercado induz à nova alta do dólar

US\$ 32,59 bilhões das reservas internacionais do país (US\$ 21,59 bilhões em leilões à vista e US\$ 11 bilhões com compromisso de recompra).

Como efeito colateral da desvalorização cambial, o real avança célere para fechar 2024 como uma das moedas de pior

desempenho do mundo, como consequência das preocupações crescentes com o cenário fiscal doméstico, agravados pelo viés favorável ao dólar. Assim, o padrão monetário estadunidense detém alta acumulada de 27% ante à de Pindorama, em 2024.

Os últimos dados divul-

gados pelo BC mostram que a autarquia tinha, no dia 26 de dezembro de 2024, US\$ 347,081 bilhões na reserva, embora se destaque que alguns leilões não foram contabilizados. Um mês antes, esse valor era de US\$ 365,196 bilhões.

Nos últimos meses, investidores têm se mostrado cada vez mais receosos com o compromisso do governo em equilibrar as contas públicas, particularmente depois do anúncio duplo pelo Executivo no fim de novembro de um pacote de contenção de gastos e de um projeto de reforma do Imposto de Renda.

Em que pese a aprovação, pelo Congresso Nacional, dos três projetos do pacote de corte de gastos, o mercado questiona a eficácia das medidas na contenção das despesas e duvidam da determinação federal de reduzir a dívida pública.

## Futuros sobem, mesmo com pessimismo

As taxas dos DIs fecharam a última sessão do ano em alta, com ganhos anuais de mais de 500 pontos-base para alguns contratos, à medida que investidores consolidavam suas apostas baseadas em um profundo pessimismo com o cenário fiscal brasileiro e refletiam sobre as perspectivas para o próximo ano.

No fim da tarde, a taxa do DI (Depósito Interfinanceiro) para janeiro de 2026 estava

em 15,435%, ante 15,351% do ajuste anterior. Já a taxa do contrato para janeiro de 2027 marcava 15,955%, em alta de 20 pontos-base ante o ajuste de 15,751%.

Entre os contratos mais longos, a taxa para janeiro de 2029 estava em 15,76%, em alta de 23 pontos ante 15,527% do ajuste anterior, e o contrato para janeiro de 2031 tinha taxa de 15,47%, ante 15,251% na última sexta-feira (27).

Em meio a uma sessão de agenda macroeconômica esvaziada e com poucas notícias no radar, também marcada por um volume fraco de negociações, investidores consideravam as expectativas para 2025 a fim de determinar suas posições no último pregão do ano.

Nesse ponto, as projeções do mercado para a economia brasileira continuam pessimistas.

No relatório Focus divul-

gado pelo Banco Central nesta segunda, o mercado elevou pela décima primeira vez consecutiva suas projeções para a inflação ao final de 2025, agora em 4,96% ao ano, de 4,84% na semana anterior, mantendo-se acima do teto da meta, que é de 4,5%.

Ainda para 2025, os economistas reduziram a estimativa para o crescimento do PIB, agora em 2,01%, ante 2,02% na semana anterior.

Reprodução site A Notícia Alagoas



Faixa etária entre 41 e 60 anos é a que mais possui débitos

## Um terço da população brasileira está endividada

De uma população de pouco mais de 216 milhões, pelo menos 73 milhões pessoas (ou 33,8% do total) estão hoje endividadas, segundo estudo recente elaborado pelo Serasa. A perspectiva é de que a inadimplência continue subindo.

A faixa etária entre 41 e 60 anos é a que enfrenta mais restrição (35%), seguida pela de 26 a 40 anos (34%); acima de 60

anos (19,2%) e os jovens entre 18 e 25 anos (11,8%). Para a professora de administração e finanças da FEA-USP, Liliam Carrete, será difícil começar o ano de 2025 sem dívidas, devido ao pico atingido pelos juros. Segundo ela, mesmo sendo necessário diminuir o consumo, isso é muito difícil porque há muitos estímulos para que as pessoas comprem no fim do ano.

## Renda futura

De acordo com Liliam, “me endividar significa ter um compromisso de pagamento de altos juros e isso vai consumir minha renda futura. O ideal é reduzir, ao máximo, o consumo e quitar o máximo de dívidas, para entrar em 2025 com menos dívida possível”.

## Sinal de alerta

Para a mestra da FEA-USP, a segunda medida para o endividado é tentar renegociar a dívida já no começo de 2025, uma vez que, quando este acumula um débito muito elevado, em relação à renda (que comprometa mais de 30% do salário), já se acende um sinal de alerta

Fenafisco



Arrecadação de 2024 superou em 18,4% aquela de 2023

## Brasileiro pagou R\$ 3,6 tri em impostos neste ano

Uma montanha de arrecadação recorde, que totaliza R\$ 3,6 trilhões pagos ao Fisco pelos brasileiros em 2024. Esse é o montante atingido pelo Impostômetro – indicador do quanto a população arca com impostos num determinado ano – painel permanente exposto pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), no últi-

mo domingo (29). Ante o mesmo período de 2023 (R\$ 3,04 trilhões), o valor deste ano representa alta de 18,4%. Segundo o economista da ACSP, Ulisses Ruiz de Gamboa, o avanço decorre de: maior atividade econômica, elevação da renda e geração de empregos, sem contar a inflação e ajustes tributários recentes.

## Consumo

Para Gamboa, “o aumento da arrecadação, seja estadual, federal ou municipal, está diretamente ligado ao crescimento da atividade econômica. Com a expansão da atividade econômica, especialmente impulsionada pelo consumo, a arrecadação cresce”.

## ICMS

Para o economista da associação, outro elemento determinante da alta foi a elevação das alíquotas do ICMS em diversos estados, medida estratégica para elevar a participação na arrecadação futura do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e outros tributos.

## Alta

Ao totalizar R\$ 80,1 bilhões de créditos às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) obteve uma alta de 46% na modalidade, em relação a 2023, quando disponibilizou R\$ 54,8 bilhões.

## MPMEs

Em 11 meses, os agentes financeiros parceiros do BNDES responderam pela aprovação de crédito no valor de R\$ 100,4 bilhões a empresas de todos os portes, em que as MPMEs representaram 80% do valor, ante R\$ 74,5 bilhões no total, e 73% para o segmento, no ano passado.